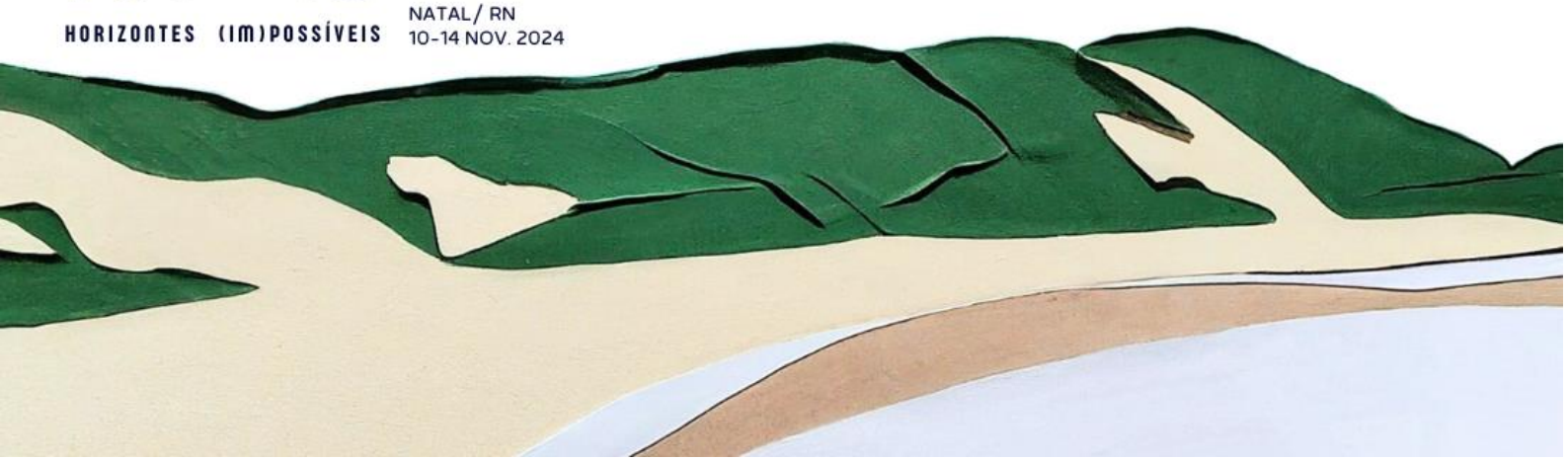
18 SHCU
SEMINÁRIO DE HISTÓRIA DA CIDADE E DO URBANISMO
HORIZONTES (IM)POSSÍVEIS
NATAL/ RN
10-14 NOV. 2024



TRANSFORMAÇÕES E PRESERVAÇÃO DA PRAÇA PADRE JOÃO MARIA, EM NATAL/RN

EIXO TEMÁTICO: REGIMES DE VERACIDADE E HISTORICIDADE

COSTA, Thalita Giesta
Graduanda no Curso de Arquitetura e Urbanismo (CAU); UFRN
thalitagiesta@gmail.com
ALBUQUERQUE, Glauce Lilian Alves de
Doutora, Professora do DArq; UFRN
glauce.alves@ufrn.br
ARAÚJO, Bianca Carla Dantas de
Doutora, Professora do DArq; UFRN
dantasbianca@gmail.com

RESUMO

As ações de preservação visam a proteção dos valores do bem preservado, ao prolongar a duração de sua integridade e assegurar sua interpretação. A partir do século XX, tais ações incluíram os jardins históricos, considerados monumentos por expressarem as relações entre a civilização e a natureza, e oferecerem o testemunho de uma cultura, estilo e época. No Centro Histórico de Natal, tombado pelo IPHAN em 2010, há cinco praças públicas consideradas jardins históricos, por estarem ligadas à história da cidade. Entre elas, está a Praça Padre João Maria, que sofreu diversas alterações ao longo do tempo, bem como uma reforma pelo PAC Cidades Históricas em 2020. Este artigo objetiva analisar as transformações ocorridas nessa praça, a partir de levantamento histórico dos usos e apropriações do espaço no tempo, para compreender de que maneira tais intervenções atuaram na preservação da identidade local e do patrimônio. Constatou-se que a preservação ocorrida apresentou como pontos positivos a manutenção do traçado urbano colonial, do elemento do busto e do valor religioso da praça, dos usos religiosos e do casario eclético e modernista, e como pontos negativos, foi perdido o casario colonial, a organização estrutural da praça, as características da vegetação, o valor social e os usos social, comercial e de lazer. Foi possível concluir que as ações de preservação dos jardins históricos são complexas, que o planejamento dos usos a serem estimulados nesses espaços é essencial para sua preservação, e que há uma relação intrínseca entre espaço público e o casario do entorno.

PALAVRAS-CHAVE: jardins históricos; tombamento; centro histórico de natal; pac cidades históricas; identidade local.

ABSTRACT

Preservation actions aim to protect the values of the preserved property, by prolonging the duration of its integrity and ensuring its interpretation. From the 20th century onwards, such actions included historic gardens, considered monuments because they express the relationship between civilization and nature, and offer testimony to a culture, style and era. In the Centro Histórico de Natal, listed by IPHAN in 2010, there are five public squares considered historic gardens, as they are linked to the city's history. Among them is Praça Padre João Maria, which has undergone several changes over time, as well as a renovation by PAC Cidades Históricas in 2020. This article aims to analyze the transformations that occurred in this square, based on a historical survey of the uses and appropriations of the space in time, to understand how such interventions worked to preserve local identity and heritage. It was found that the preservation that occurred presented as positive points the maintenance of the colonial urban layout, the bust element and the religious value of the square, the religious uses and the eclectic and modernist houses, and as negative points, it was lost the colonial houses, the structural organization of the square, the characteristics of the vegetation, the social value and the social, commercial and leisure uses. It was possible to conclude that actions to preserve historic gardens are complex, that planning the uses to be encouraged in these spaces is essential for their preservation, and that there is an intrinsic relationship between public space and the surrounding houses.

KEY-WORDS: *historic gardens; heritage listing; centro histórico de natal; pac cidades históricas; local identity.*

RESUMEN

Las acciones de preservación tienen como objetivo proteger los valores del bien conservado, prolongando la duración de su integridad y asegurando su interpretación. A partir del siglo XX, dichas actuaciones incluyeron los jardines históricos, considerados monumentos porque expresan la relación entre civilización y naturaleza, y ofrecen testimonio de una cultura, estilo y época. En el Centro Histórico de Natal, catalogado por el IPHAN en 2010, hay cinco plazas públicas consideradas jardines históricos, por estar vinculadas a la historia de la ciudad. Entre ellas se encuentra la Praça Padre João Maria, que ha sufrido varios cambios a lo largo del tiempo, así como una renovación por parte del PAC Cidades Históricas en 2020. Este artículo tiene como objetivo analizar las transformaciones ocurridas en esta plaza, a partir de una recopilación histórica de los usos y apropiaciones del espacio en el tiempo, para comprender cómo funcionaron tales intervenciones para preservar la identidad y el patrimonio local. Se encontró que la preservación ocurrida presentó como puntos positivos el mantenimiento del trazado urbano colonial, el elemento de busto y el valor religioso de la plaza, los usos religiosos y las casas eclécticas y modernistas, y como puntos negativos, fueron perdidas las casas coloniales, la organización estructural de la plaza, las características de la vegetación, el valor social y los usos sociales, comerciales y de ocio. Se pudo concluir que las acciones para preservar los jardines históricos son complejas, que planificar los usos a fomentar en estos espacios es fundamental para su preservación y que existe una relación intrínseca entre el espacio público y los edificios circundantes.

PALABRAS CLAVE: *jardines historicos; preservación; centro histórico de natal; pac cidades históricas; identidad local.*

INTRODUÇÃO

Segundo o IPHAN (1999), preservação é o conjunto de operações necessárias à defesa e salvaguarda de bens culturais identificados, classificados ou protegidos. A preservação tem início com a atribuição de valor ao que se pretende preservar (Sant'Anna, 2015), através da escolha daquilo que merece ser preservado, que deve ser transmitido às gerações futuras e, portanto, representar a comunidade e seu passado. Ou seja, os processos de preservação se baseiam na dialética lembrar-esquecer, na medida em que a criação da memória nacional privilegia e traz à luz certos aspectos da história, enquanto outros são deixados na obscuridade (Castriota, 2009).

Ao decidir preservar algo, deve-se identificar nele os valores culturais a serem preservados. Isso porque alguns valores não são claramente reconhecidos em uma época, da mesma forma que outros valores podem deixar de ser interessantes ou passarem a ser substituídos por novos. Assim, as ações de preservação devem ter como objetivo garantir a proteção da autenticidade daquilo preservado, na medida em que prolonga a duração de sua integridade e assegura sua interpretação (IPHAN, 1999).

A partir da segunda metade do século XX, em especial com a publicação da Carta de Florença em 1981, o conceito de patrimônio se estendeu para além do monumento edificado, e passou a incluir os jardins, uma vez que eles se traduzem como importantes documentos culturais e históricos, fundamentais para a preservação e fortalecimento da memória cultural e da identidade coletiva de uma sociedade (Silva e Carvalho, 2013).

Segundo a Carta de Florença (ICOMOS, 1981), os jardins históricos são composições arquitetônicas e vegetais que são considerados monumentos por apresentarem interesse público, do ponto de vista da história ou da arte. Isso porque expressam as relações estreitas entre a civilização e a natureza, e, assim, oferecem o testemunho de uma cultura, de um estilo e de uma época. Além disso, o documento atenta para a relação intrínseca que há entre o jardim histórico e seu entorno, tanto os edifícios que o envolvem, quanto o próprio meio urbano ou rural, artificial ou natural.

Bonduki (2010, p. 57) define a praça dos núcleos históricos brasileiros, tal qual nas cidades medievais e renascentistas, como o "resultado do efeito harmonioso de um conjunto formado pela relação entre o espaço livre e as construções que o envolvem". O autor afirma, ainda, que nesse ambiente foram construídas as mais importantes edificações da cidade – igrejas, palácios governamentais, casas legislativas, repartições, prestadoras de serviços públicos e casas comerciais –, e, por isso, ele atraiu todas as classes sociais que compõem a população, nele floresceu a vida pública, e ele foi transformado no principal ponto de referência e motivo de orgulho da cidade.

Em Natal/RN, algumas praças são protegidas, uma vez que estão dentro da área da Poligonal de Tombamento do Centro Histórico de Natal/RN, definida pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), a saber, a Praça Padre João Maria, Praça André de Albuquerque, Praça Sete de Setembro, Praça Augusto Severo e a Praça das Mães. Tais praças são definidas pelo IPHAN como Praças Históricas, pois estão diretamente ligadas à história da cidade e ao cotidiano da população (Araújo *et al*., 2023).

No entanto, apesar de serem protegidas pela maior entidade de preservação do país, as praças históricas de Natal foram repetidamente modificadas ao longo do tempo e, por muitas vezes, desfiguradas (Madruga *et al*., 2014; Nobre *et al*., 2015). Além disso, a maioria delas tem sido relegada ao abandono ou submetida a intervenções que nem sempre levam em consideração seu caráter histórico-cultural e suas características, de modo a esmaecer a identidade e o caráter simbólico do local (Wellington, 2014).

Nesse cenário, as diversas possibilidades de intervenção com vistas à preservação dos jardins históricos devem ser compreendidas de forma ampla e devem ser pensados e aplicados considerando as representações, expressões culturais, o processo de formação desses espaços e as suas apropriações ao longo do tempo, de modo a agir no sentido de preservar a identidade local.

De acordo com o IPHAN (1999), as obras de adaptação devem ser mínimas, respeitar as formas externas e evitar alterações nas características tipológicas, na organização estrutural, na sequência dos espaços internos e na vida da vegetação e da fauna existente. Quanto aos usos

das áreas históricas, o uso tradicional deve ser estimulado, desde que não cause danos à integridade histórica do espaço. Quando não for possível, novos usos compatíveis com os interesses de preservação dos valores histórico, estético e ambiental devem ser planejados, tais como o uso público, administrativo, atividades de recreação, lazer e turismo (IPHAN, 1999).

Assim, fica evidente que os processos de preservação são complexos e de extrema importância na proteção da identidade de uma comunidade, bem como na perpetuação da história de um povo. Apesar disso, e ainda que haja parâmetros e diretrizes teóricas para a satisfatória preservação dos sítios históricos no Brasil, o que muitas vezes se observa nas ações de preservação é a negligência dos valores históricos, estéticos e ambientais do jardim preservado, bem como a desconsideração da identidade local e do histórico de apropriações.

O presente artigo objetiva, portanto, analisar as intervenções e transformações ocorridas em uma das praças históricas de Natal/RN, a saber, a Praça Padre João Maria, a partir de um levantamento histórico dos diversos usos, expressões culturais e apropriações do espaço ao longo do tempo, para compreender de que maneira tais intervenções e transformações atuam na preservação da identidade local e do patrimônio.

Desse modo, o artigo pretende oferecer como contribuição teórica para o campo da preservação do patrimônio no Brasil, especificamente dos jardins históricos, uma referência para a análise das ações de preservação desses espaços. Além disso, o trabalho também tem seu valor no contexto local, ao reunir dados históricos da praça em estudo e de seus diversos estados ao longo do tempo, clareando sua identidade e seu valor através das apropriações e usos que já abrangeu.

METODOLOGIA

Este trabalho é um dos frutos de uma pesquisa desenvolvida desde 2020, intitulada "Palimpsesto: O redesenho da Paisagem e as Intervenções do PAC Cidades Históricas no Centro de Natal (RN)", que aborda os espaços livres e públicos do Centro Histórico de Natal, após as intervenções realizadas pelas obras financiadas pelo PAC Cidades Históricas.

A metodologia adotada na pesquisa é a Avaliação Pós-Ocupação (APO), "conjunto de procedimentos metodológicos que visa aferir, especialmente, o atendimento às necessidades objetivas e subjetivas do usuário no decorrer do uso do ambiente construído" (Ornstein *et al*., 2018, p. 20) e "focaliza os ocupantes e suas necessidades para avaliar a influência e as consequências das decisões projetuais no desempenho do ambiente considerado, especialmente aqueles relacionados com a percepção e o uso por parte dos diferentes grupos de atores ou agentes envolvidos" (Rheingantz *et al*., 2009, p. 16).

A APO envolve diversas ferramentas metodológicas, que podem ser aplicadas individualmente ou em conjunto. A pesquisa se utilizou de algumas dessas ferramentas em seus estudos, a saber, elaboração de linha do tempo, através de pesquisas na bibliografia; análise técnica dos projetos; *walkthrough*; *as built*; mapeamento comportamental; questionários; e entrevistas.

Para o presente trabalho, foram utilizados majoritariamente os dados adquiridos através da primeira etapa desenvolvida na APO, a elaboração de linha do tempo. Tal linha do tempo é elaborada a partir de um estudo histórico que objetiva compreender as diversas condições apresentadas pela praça ao longo do tempo, seus usos, suas expressões culturais, suas apropriações e sua relação com a sociedade e o meio.

Esse estudo histórico envolve principalmente uma pesquisa na bibliografia disponível em materiais como livros, artigos científicos e artigos disponibilizados em *sites*. Os dados obtidos foram coletados, reunidos e reorganizados. É elaborada, então, a linha do tempo, que reúne as informações antes dispersas nos materiais e as alinha cronologicamente e criticamente, preenchendo lacunas e obtendo, assim, um entendimento mais coerente e completo sobre o histórico da praça.

A PRAÇA PADRE JOÃO MARIA NO TEMPO

Fundada em 1599, junto à Missa comemorativa de Fundação da Cidade do Natal, e concluída provavelmente em 1619, a Igreja Matriz de Nossa Senhora da Apresentação é a primeira igreja construída no Estado do Rio Grande do Norte (Arquidiocese de Natal, 2024). Por trás dela, um terreno é indicado como "Praça da Matriz" em um mapa da Cidade do Natal (Figura 01) elaborado no terceiro quartel do século XIX, por volta de 1864 (Nesi, 2020). O edifício religioso era uma importante edificação da cidade e, por isso, atraía muitos natalenses para a praça adjacente. Durante esse período, a praça era ponto obrigatório de passagem das procissões religiosas, e o espaço possuía forte caráter religioso (Nesi, 2020).

Figura 01 - Mapa da Cidade do Natal (1864).



Fonte: Almeida (1868).

Ainda no século XIX, a praça passou a ser denominada "Praça da Alegria". Tal denominação dá indícios do tipo de apropriação que ocorria no espaço durante tal época. Grupos de artistas amadores improvisavam apresentações de teatro utilizando a praça como palco (Nesi, 2020). Grupos de políticos, intelectuais, funcionários públicos e comerciantes se reuniam na praça para prosear alegremente no chamado "Cantão da Gameleira", alusivo à maior e mais

frondosa árvore da praça. Grandes figuras da política potiguar faziam parte do "Grupo da Gameleira", sediado na casa de Joaquim Guilherme de Souza Caldas, inspetor do Tesouro, e liderado pelo Padre João Manoel de Carvalho, três vezes deputado provincial e duas vezes deputado geral, tais como José Bonifácio da Câmara, Francisco C. Seabra de Melo e Manoel Porfírio de Oliveira Santos (Prefeitura do Natal, 2007). Graças a essas utilizações da praça, o espaço ficou conhecido como um importante ponto de animação da cidade. A Figura 02 é uma foto de Bruno Bougard que apresenta a praça em 1904.

Figura 02 - Vista da Praça Padre João Maria, a partir da torre da Igreja Matriz (1904).



Fonte: Fatos e Fotos da Natal Antiga (2021).

Nessa época, pode-se perceber que o entorno construído do terreno da praça já era consideravelmente ocupado, com raros lotes vazios, bem como era formado majoritariamente por edificações residenciais térreas, no estilo da arquitetura colonial, ou seja, com predominância de características formais legadas dos tempos coloniais, ainda que tenham sido construídos após 1822 (Trigueiro, 2005).

Apesar do nome "Praça da Alegria" ter resistido ao decreto municipal de 1888 que substituiu as denominações dos logradouros públicos de Natal, com exceção de apenas cinco, a

Resolução nº 105, de 1905, alterou sua denominação para “Praça Padre João Maria”, em homenagem ao Santo Vigário de Natal (Nesi, 2020).

Nos próximos anos a praça receberia significativa infraestrutura. Em 1908, passaram a circular os primeiros bondes à tração animal (burros) da Companhia Ferro-Camil, e o primeiro trecho percorrido por tais bondes se estendia da Rua Silva Jardim à Praça Padre João Maria (Nesi, 2020). Em 1911, são instalados os primeiros bondes elétricos (Prefeitura do Natal, 2007) (Figura 03). Já em 1915, a praça foi calçada, com a utilização da mão de obra dos flagelados da seca ocorrida naquele ano que vieram do interior para a capital (Nesi, 2020) (Figuras 04 e 05). Nesse contexto, compreende-se o espaço da praça como também de caráter central na locomoção e vida social dos natalenses.

Figura 03 - Vista da Praça Padre João Maria, a partir da torre da Igreja Matriz (1913).



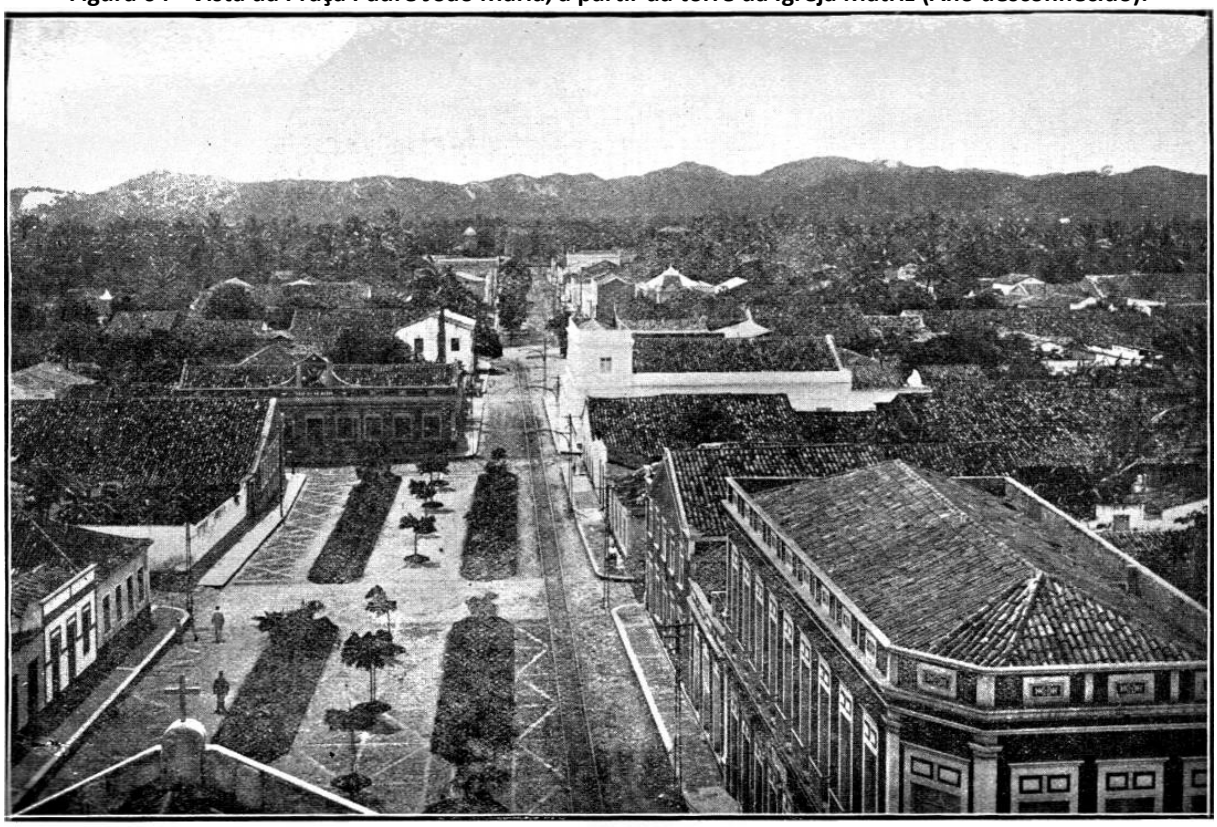
Fonte: Fatos e Fotos da Natal Antiga (2021).

A partir da Figura 03, nota-se que o casario do entorno da praça não sofreu grandes alterações entre 1904 e 1913, mantendo-se a maioria das edificações inalteradas, apesar das muitas

transformações ocorridas no espaço público. A foto apresenta tanto a linha do bonde elétrico, que traça um percurso ao lado do terreno da praça, onde hoje é a Rua João Pessoa, quanto a implantação de quatro árvores alinhadas em frente ao casario e no alinhamento da igreja.

Além disso, cabe destacar que, apesar de as edificações serem majoritariamente residenciais, há no entorno da praça construções de outros usos, como a própria igreja e o teatro Santa Cruz, que aparece em branco do outro lado da rua. Tais edificações ratificam a percepção da praça como ponto de encontro de grupos da sociedade, bem como atestam o caráter religioso e de lazer do espaço.

Figura 04 - Vista da Praça Padre João Maria, a partir da torre da Igreja Matriz (Ano desconhecido).



RIO GRANDE DO NORTE — NATAL — PANORAMA DA CIDADE — NASCENTE

Fonte: Fatos e Fotos da Natal Antiga (2021).

Figura 05 - Vista da Praça Padre João Maria (Ano desconhecido).



Fonte: Fatos e Fotos da Natal Antiga (2021).

A Figura 04, por sua vez, evidencia duas modificações no casario do entorno. A primeira delas é a alteração da edificação branca à direita inferior da imagem, enquanto a segunda é a construção do grande edifício à esquerda inferior da imagem, começando a apresentar algumas características do estilo arquitetônico eclético. Além dessas transformações no casario do redor, também ficam evidentes transformações na própria praça, como o traçado do calçamento, a definição de canteiros com área verde, bem como a distribuição de pequenas árvores alinhadas linearmente no centro da praça, e, portanto, também da igreja. O espaço central da praça no alinhamento das ruas transversais é deixado livre para circulação de transeuntes.

Em 1919, foi inaugurado o monumento do busto do Padre João Maria dentro da praça (Figura 06), idealizado por Pedro Soares de Araújo Filho, funcionário do Tesouro do Estado e devoto do padre, e concluído pelo governo do Estado e pelo clero, sendo também desejo da população (Nesi, 2020). O monumento em bronze do escultor Hostílio Dantas foi colocado sobre um pedestal de granito de 4 metros de altura e cercado por um gradil de ferro.

Figura 06 - Vista da Praça Padre João Maria (Anos 1920).



Fonte: Fatos e Fotos da Natal Antiga (2021).

A partir da observação da foto, é possível confirmar tanto que o casario do entorno ainda mantinha edificações do estilo colonial pelo menos até os anos 1920, quanto que a praça possuía forte valor religioso, atraindo diversos usuários em função do busto do Padre João Maria implantado no local.

Com a presença do busto, a praça se consolidou como um ponto de romaria de fiéis e foi transformada em um local de forte crendice popular, uma vez que os usuários se apropriaram do espaço para acender velas, depositar ex-votos em pagamentos de promessas, prender fitas coloridas e deixar palmas bentas e retratos de pessoas beneficiadas com os milagres conseguidos por intercessão do padre (Nesi, 2020).

Nos anos seguintes, a praça se caracterizava como um espaço de tranquilidade e serenidade, graças à presente arborização e ao entorno composto por várias e belas casas residenciais (Nesi, 2020) (Figuras 07 e 08). Nota-se, a partir da foto apresentada na Figura 07, que o casario do entorno ainda se mantém, bem como o espaço público da praça, que parece apenas abarcar um jardim mais frondoso, provavelmente fruto do tempo.

Figura 07 -Vista da Praça Padre João Maria, a partir da torre da Igreja Matriz (1921).



Fonte: Fatos e Fotos da Natal Antiga (2021).

Figura 08 - Vista da Praça Padre João Maria (1921).



Fonte: Fatos e Fotos da Natal Antiga (2021).

Com o tempo, o espaço foi passando por transformações. O casario do entorno foi substituído por novas edificações, o frondoso jardim foi perdido e o pedestal que suportava o busto do Padre João Maria foi trocado por outro, deixando-o mais próximo ao povo (Nesi, 2020). A utilização religiosa da praça, no entanto, manteve-se, com fiéis ainda acendendo velas, pedindo graças e agradecendo promessas atendidas.

Tal apropriação religiosa passa a ocorrer paralelamente a uma outra apropriação, mais profana. Houve uma impactante instalação de uma feira na praça, e os usuários do espaço passaram a frequentá-lo por questões turísticas, comerciais e sociais (Nesi, 2020). As Figuras 09, 10 e 11 apresentam vistas da praça nos anos de 2011, 2015 e 2018, respectivamente.

Através dessas fotos, pode-se ver que a praça já havia passado por transformações no desenho de seus canteiros e na disposição dos mobiliários urbanos, bem como nos elementos ao redor do busto do Padre João Maria, ainda que sua posição de implantação na praça pareça ter sido mantida. Ficam evidentes, ainda, os vários quiosques da feirinha, que passam a representar forte característica da praça e, assim, alterar um pouco o caráter do espaço, que compartilha o religioso e o social.

Quanto ao entorno edificado, muitas são as modificações que podem ser observadas. A maioria das edificações de estilo colonial foram substituídas por edificações do estilo arquitetônico eclético e modernista. Além disso, há um aumento do gabarito médio, uma vez que há uma presença maior de edificações com mais de um pavimento, inclusive uma das edificações é um prédio com aproximadamente 10 pavimentos. Cabe atentar, ainda, que o uso do solo principal deixa de ser majoritariamente residencial e passa abranger fortemente os usos comercial e de serviço.

Figura 09 - Vistas da Praça Padre João Maria (2011).



Fonte: Google Maps (2024).

Figura 10 - Vistas da Praça Padre João Maria (2015).



Fonte: Google Maps (2024).

Figura 11 - Vistas da Praça Padre João Maria (2018).



Fonte: Google Maps (2024).

Essa foi a realidade da praça até 2019, quando o espaço sofreu alterações em decorrência do PAC Cidades Históricas. O PAC, ou Programa de Aceleração do Crescimento, se iniciou em 2007 como uma iniciativa do governo federal brasileiro coordenada pelo Ministério do Planejamento e focada na promoção da "retomada do planejamento e execução de grandes obras de infraestrutura social, urbana, logística e energética do Brasil" (IPHAN, 2020), com o objetivo de "acelerar o crescimento econômico, aumentar o emprego e melhorar as condições de vida da população brasileira" (BNDES, 2011).

Em 2013, foi criado dentro do Programa uma linha específica de política de preservação destinada exclusivamente aos sítios históricos urbanos protegidos pelo IPHAN, o PAC Cidades Históricas. Ele contemplou 425 obras de restauração de edifícios e espaços públicos em 44 cidades de 20 estados brasileiros (IPHAN, 2020), sendo que em Natal foram selecionadas para requalificação e restauração dez praças do centro histórico e nove edifícios (Prefeitura do Natal, 2013).

Em 2020, a Praça Padre João Maria foi entregue reformada pelo PAC Cidades Históricas. A reforma suprimiu completamente as feirinhas antes existentes, não garantindo qualquer espaço para sua instalação, alterou o piso da praça, os desenhos dos canteiros e dos bancos, bem como transformou o entorno do busto completamente, com alterações no desenho e nos materiais. Além disso, a reforma ainda delimitou mais enfaticamente a Rua da Conceição, que passa entre a igreja e a praça, através da distinção de piso e da instalação de balizadores. A Figura 12 traz vistas da praça no ano de 2023.

Apesar das várias alterações no espaço público da praça, percebe-se que o casario do entorno foi mantido quase inalterado com relação à realidade de antes da reforma. O que é importante de ser pontuado é que muitos prédios desse entorno foram abandonados e se encontram em processo de degradação pela ausência de utilização e de cuidado.

Figura 12 - Vista da Praça Padre João Maria (2023).



Fonte: Google Maps (2024).

A PRESERVAÇÃO DA PRAÇA PADRE JOÃO MARIA

Conhecido o histórico de representações, transformações, utilizações, expressões culturais e apropriações da Praça Padre João Maria, cabe refletir sobre os processos de preservação que atuaram sobre esse espaço e em que sentidos eles foram assertivos no objetivo de preservar a identidade local e o patrimônio edificado do entorno.

Para tanto, é essencial compreender o tombamento da região. Os estudos para o pedido de tombamento a nível federal da área que deu início à cidade de Natal se iniciaram em 2006 (Medeiros, 2014). O tombamento provisório foi concedido pelo IPHAN em 2010, e abrangeu o conjunto arquitetônico, urbanístico e paisagístico da cidade de Natal que ocupa parte da Cidade Alta e da Ribeira (IPHAN, 2014). Apenas em 2014 o tombamento teve a homologação efetiva (Medeiros, 2014).

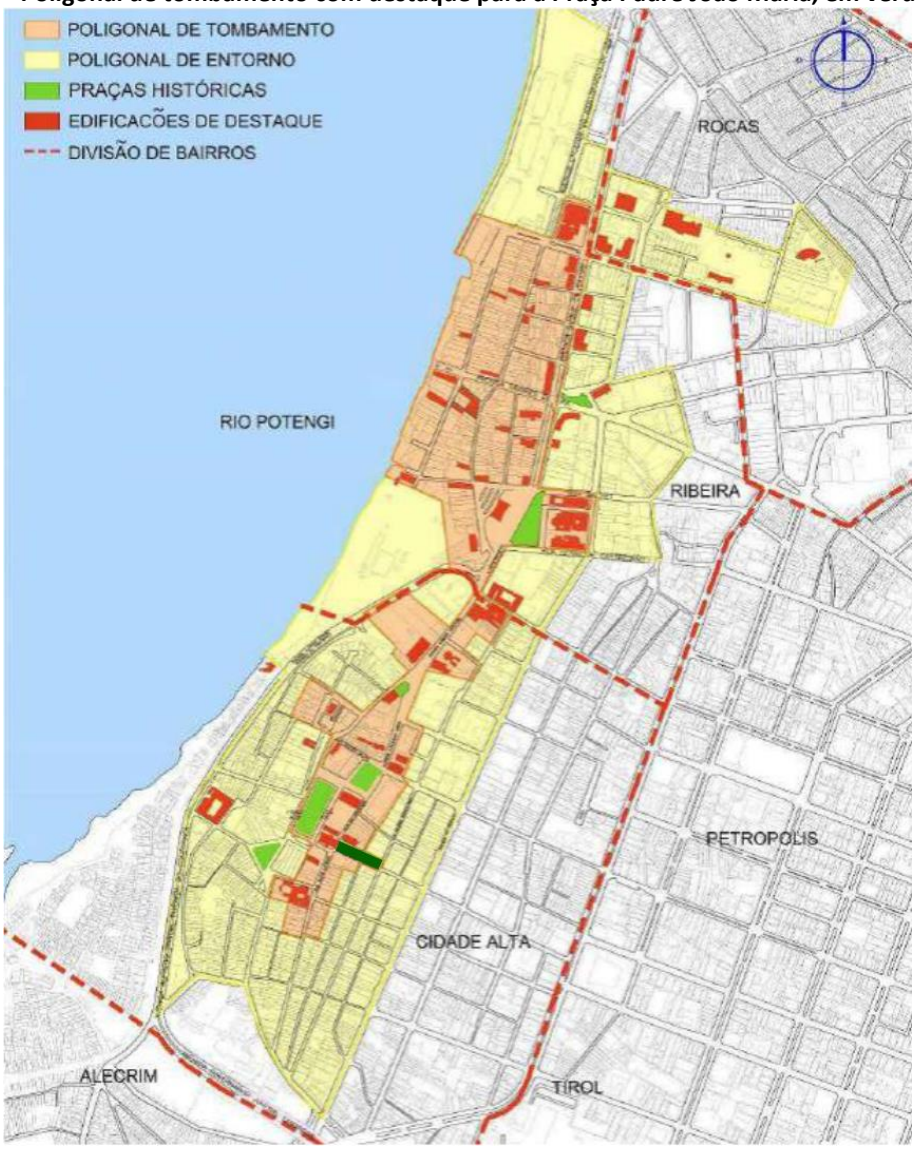
A justificativa do tombamento incide sobre o centro histórico possuir um conjunto preservado com suficiente representatividade histórica, bem como representar grande parte da história social, econômica, política e urbana de Natal (Rocha, 2010). Apesar das intervenções contemporâneas ocorridas ao longo dos anos, o centro histórico ainda apresenta elementos urbanos de forte valor patrimonial, pois abarca uma malha urbana colonial inalterada, um conjunto arquitetônico eclético e elementos que evidenciam a trajetória de modernização da cidade (Rocha, 2010; IPHAN, 2014). A Figura 13 apresenta a poligonal de tombamento.

De forma geral, no Brasil, menos de 10% das áreas tombadas na instância nacional dispõe de normas eficientes capazes de nortear as intervenções nos conjuntos históricos, seja nas ações do IPHAN ou na atuação do próprio município. Essa ausência de normatização dificulta a ação eficaz e transparente na avaliação dos projetos de intervenção e na fiscalização dos locais, bem como permite uma queda sensível da qualidade urbana dos espaços, com a perda ou descaracterização do patrimônio que levou à proteção da área (IPHAN, 2010).

O tombamento recente do Centro Histórico de Natal, atrelado à tal contexto de carência de normas e ampliação das pressões descaracterizadoras da maioria das áreas tombadas no Brasil são fatores que podem agir dificultando a preservação eficiente de espaços como a

Praça Padre João Maria e tolhendo o resguardo dos valores atribuídos aos sítios protegidos, a qualificação de suas áreas e a potencialização de suas vocações.

Figura 13 - Poligonal de tombamento com destaque para a Praça Padre João Maria, em verde escuro.



Fonte: Adaptado de Nobre *et al*. (2015).

Quanto à Praça Padre João Maria, pode-se afirmar que o traçado das vias que a cercam foi mantido, preservando consigo as características de desenho urbano do período colonial. Outro ponto positivo das ações de preservação ocorridas na praça foi a manutenção do busto do Padre João Maria, garantindo, consequentemente, também a manutenção do valor religioso do local, bem como as práticas e apropriações no local atreladas a ele.

Por outro lado, não houve a continuação das feirinhas, o que, atrelado ao esvaziamento da área e ao abandono dos prédios do entorno de uso comercial e de serviços, acarreta na perda do valor social que o espaço repetidamente apresentou ao longo dos anos, bem como na escassez dos usos e apropriações sociais, comerciais e de lazer no local.

Além disso, não houve um cuidado para a proteção do desenho de implantação dos elementos da praça, uma vez que as características tipológicas, a organização estrutural e a sequência dos espaços internos foram modificadas repetidamente. De modo análogo, as características da vegetação e da fauna existente não foram cuidadas e preservadas ao longo das intervenções no espaço da praça, sendo muitas vezes retiradas e substituídas espécies vegetais anteriores.

Quanto ao casario do entorno, não houve a preservação dos imóveis de estilo arquitetônico colonial, presentes durante grande parte da história do local. Isso se explica tendo em vista que tais edifícios já haviam sido substituídos antes da concessão do tombamento do Centro Histórico da cidade.

Porém, felizmente, o casario do entorno que mescla imóveis de estilo arquitetônico eclético e modernista foi preservado, sendo mantidos até hoje no local, muitos com as características estilísticas preservadas. Cabe ressaltar, no entanto, que o processo de preservação desse casario não parece ser o ideal, uma vez que o abandono desses prédios tem permitido o desgaste das estruturas e a consequente perda de tais características estilísticas, que muito impactam no valor patrimonial desses bens.

Em suma, é válido inferir que os usos, expressões culturais e apropriações dessa área histórica foram apenas parcialmente refletidos e planejados nas ações de preservação e outras transformações que incidiram sobre a praça, tais como a reforma do PAC Cidades Históricas. Nesse viés, fica perceptível que os usos estimulados ocasionaram a preservação dos valores e das características mantidos, enquanto os valores e características perdidos decorreram, de modo paralelo, dos usos não protegidos.

CONCLUSÃO

A partir do levantamento histórico dos desenhos, elementos, usos, expressões culturais e apropriações presentes ao longo do tempo na Praça Padre João Maria e em seu entorno, bem como da posterior análise das transformações, alterações e manutenções de tais elementos, foi possível atingir compreensões mais embasadas do processo de preservação ocorrido no espaço, bem como da medida em que tais ações foram positivas ou negativas na proteção da identidade local e do patrimônio.

Ficou evidente que os processos e ações de preservação dos jardins históricos envolvem diversos fatores e são bastante complexos, que o planejamento dos usos a serem estimulados nos espaços preservados são extremamente importantes para a preservação do local, e que há uma relação intrínseca entre o espaço público e o casario do entorno, estando intimamente atreladas a preservação dos imóveis e a preservação dos jardins históricos, visto que compartilham apropriações e expressões culturais e atraem público um para o outro simultaneamente.

No Centro Histórico de Natal (RN), observa-se que o tombamento recente e o abandono da área são aspectos de grande impacto na perda dos valores do local e na dificuldade de preservação das características que formam a identidade dos jardins históricos.

Para a Praça Padre João Maria, constatou-se que a preservação ocorrida apresentou pontos positivos e pontos negativos. Houve uma manutenção e proteção do traçado urbano colonial, do elemento principal, o busto, e consequentemente do valor religioso da praça, dos usos e apropriações de caráter religioso e do casario de estilo arquitetônico eclético e modernista. Em contrapartida, foi perdido com o tempo o casario de estilo colonial, as características tipológicas, de organização estrutural e de sequência dos espaços internos, as características da vegetação e da fauna e o valor social, bem como os usos e apropriações de caráter social, comercial e de lazer.

Este trabalho, portanto, reuniu os dados históricos da Praça Padre João Maria, elucidou a identidade local e os valores desse jardim histórico e analisou os processos de preservação

ocorridos na praça, como contribuição no contexto local. Tal análise desenvolvida ao longo deste artigo serve como referência para a análise das ações de preservação ocorridas em outros espaços tombados, oferecendo considerável contribuição teórica para o campo da preservação do patrimônio no Brasil.

No entanto, cabe atentar que o trabalho tem como limitação corresponder a análise de um único jardim histórico, dentro de uma área tombada específica, de modo que as conclusões a que chegou podem ser diferentes daquelas a que se chegaria na análise de outros jardins históricos, em outras áreas de tombamento do país, tendo possivelmente características e valores diferentes. Sendo assim, são válidas pesquisas futuras que objetivem desenvolver uma análise para mais jardins históricos do Centro Histórico de Natal (RN) e em novas localidades do Brasil.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Cândido Mendes. **Atlas do Império do Brazil**. Rio de Janeiro: Lithographia do Instituto Philomatico, 1868.

ARAÚJO, Bianca Carla Dantas de; CORTÊS, Marina Medeiros; ALBUQUERQUE, Glauce Lilian Alves de; ELALI, Gleice; COSTA, Thalita Giesta; TRAVASSOS JÚNIOR, Júlio César de Santana. **Avaliação Pós-Ocupação e Sonora da Praça Padre João Maria em Natal/RN**. In: Anais do XXX Encontro da Sociedade Brasileira de Acústica - Sobrac2023. Anais… Natal (RN) UFRN, 2023.

ARQUIDIOCESE DE NATAL. **Paróquia de Nossa Senhora da Apresentação – Cidade Alta - Natal**. Arquidiocese de Natal, 2024. Disponível em: https://www.arquidiocesedenatal.org.br/post/par%C3%B3quia-de-nossa-senhora-da-apresenta%C3%A7%C3%A3o-cidade-alta-natal. Acesso em: jun. 2024.

BNDES. **Programa de Aceleração do Crescimento**. BNDES, 2011. Relatório Anual 2011. Disponível em: https://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/bndes/bndes_pt/Hotsites/Relatorio_Anual_2011/Capitulos/atuacao_institucional/o_bndes_politicas_publicas/pac.html. Acesso em: jun. 2024.

BONDUKI, Nabil. **Intervenções urbanas na recuperação de centros históricos**. Brasília, DF: Iphan/Programa Monumenta, 2010. ISBN: 978-85-7334-180-5. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/ColArq3_Intervencoes_Urbanas_na_Recuperacao_de_Centros_Historicos_m.pdf. Acesso em: jun. 2024.

CASTRIOTA, Leonardo Barci. **Patrimônio cultural: conceitos, políticas, instrumentos**. São Paulo: Anablume; Belo Horizonte: Ieds, 2009.

Fatos e Fotos de Natal Antiga. **A praça da Matriz, da Alegria e do Padre João Maria**. Fatos e Fotos de Natal Antiga, 2021. Curiosidades/Atualidades. Disponível em: https://fatosefotosdenatalantiga.com/da-praca-da-matriz-da-alegria-do-padre-joao-maria/. Acesso em: jun. 2024.

Google Maps. **Maps**, 2024. Disponível em: https://www.google.com/maps/. Acesso em: jun. 2024.

ICOMOS. **Carta de Florença**. Florença: ICOMOS, IFLA, 1981. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br. Acesso em: jun. 2024.

IPHAN. **Manual de Intervenção em Jardins Históricos**. 1.ed. Iphan/Programa Monumenta, 1999. 69 p.

IPHAN. **Normatização de Cidades Históricas. Orientações para a elaboração de diretrizes e Normas de Preservação para áreas urbanas tombadas**. IPHAN: Sistema integrado de conhecimento e gestão, 2010. Disponível em:

http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/normatizacao_areas_tombadas_cidades_historicas_2011.pdf. Acesso em: jun. 2024.

IPHAN. **Pac Cidades Históricas**. IPHAN, 2020. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/pac#:~:text=O%20Programa%20de%20Acelera%C3%A7%C3%A3o%20do,log%C3%ADstica%20e%20energ%C3%A9tica%20do%20Brasil. Acesso em: jun.2024.

IPHAN. **Patrimônio Material - RN**. IPHAN, 2014. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/566. Acesso em: jun. 2024.

MADRUGA, Natalia; CABRAL, Joyce; BEZERRA, Laís; NOBRE, Paulo. **Paisagens da Memória**: contribuições para resgatar a identidade das Praças Históricas de Natal. In: XII ENEPEA. Anais... UFES, Vitoria, 2014, p.888-897.

MEDEIROS, Elaine de Albuquerque. **A releitura de um documento**: o processo de tombamento do centro histórico de Natal (RN). Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Centro de Tecnologia. Departamento de Arquitetura. Natal, 2014.

NESI, Jeanne Fonseca Leite. **Caminhos de Natal**. 2. ed. Natal: Iphan, 2020. 125 p.

NOBRE, P. J. L.; MADRUGA, N. M.; CABRAL, J. C. M. C.; SOUSA, A. K. P. **O tombamento do Centro de Natal (RN) e a preservação das praças históricas**. In: 7o Seminário Mestres e Conselheiros: agentes multiplicadores do patrimônio. Belo Horizonte, 2015.

ORNSTEIN, S. W. *et al*. Avaliação pós-ocupação (APO) aplicada à realimentação do processo de projeto. **Avaliação pós-ocupação**: na arquitetura, no urbanismo e no design: da teoria à prática. Tradução. São Paulo: Oficina de Textos, 2018.

PREFEITURA DO NATAL. **Natal foi contemplada com dez projetos no PAC Cidades Históricas**. Disponível em: https://natal.rn.gov.br/news/post2/16953. Acesso em: jun. 2024.

PREFEITURA DO NATAL. **Natal Não-há-tal**: Aspectos da História da Cidade do Natal. Natal: Departamento de Informação, Pesquisa e Estatística, 2007. 157 p.

RHEINGANTZ, P. A. *et al*. **Observando a qualidade do lugar**: procedimentos para a avaliação pós-ocupação. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2009. 117 p.

ROCHA, Antônio R. **Iphan tomba Centro Histórico de Natal (RN)**. Panrotas, 2010. Disponível em: https://www.panrotas.com.br/noticia-turismo/destinos/2010/12/iphan-tomba-centro-historico-de-natal-rn_63911.html. Acesso em: jun. 2024.

SANT'ANNA, Márcia. **Preservação como prática**: sujeitos, objetos, concepções e instrumentos. In: REZENDE, Maria Beatriz; GRIECO, Bettina; TEIXEIRA, Luciano; THOMPSON, Analucia (Orgs.). Dicionário IPHAN de Patrimônio Cultural. Rio de Janeiro, Brasília: IPHAN/DAF/Copedoc, 2015.

SILVA, Susana; CARVALHO, Paulo. **Os jardins históricos**: da dimensão patrimonial ao seu potencial turístico. Turismo & Sociedade (ISSN: 1983-5442). Curitiba, v. 6, n. 3, p. 605-625, julho de 2013.

TRIGUEIRO, E. **Inventário de uma Herança Ameaçada**: Um estudo de centros históricos do Seridó - RN. Natal: MUsA/UFRN, 2005.

WELLINGTON, F. **Nossas Praças**: história de todos. Revista Bzzz, Especial arquitetura – praças, Ano 1, N. 10. Natal, Abr. 2014, p.84-85.